



**ESPAÇO MUNICIPAL**

Renovação Urbana e  
Gestão do Património, E.M., S.A.

**PLANO DE ATIVIDADES  
2015**





## **1. INTRODUÇÃO**

O Conselho de Administração da ESPAÇO MUNICIPAL – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A, vem apresentar o Plano e Orçamento que propõe para o ano de 2015, para apreciação da Excelentíssima Assembleia.

O dossier referente à reabilitação / grande conservação do património tem sido uma importante área da atuação e responsabilidade da empresa. Como é sabido, face à reconhecida falência do programa PROHABITA que, apesar da “reformulação sofrida não tem sido atrativo, o custo das obras de reabilitação levadas a cabo, até esta data, foi integralmente suportado com capitais próprios da Câmara Municipal e da Espaço Municipal.

*Vide preâmbulo do Decreto-Lei n.º 163/2013, de 6 de dezembro – “A crise financeira e o desequilíbrio orçamental dos últimos anos determinam fortes restrições orçamentais, implicando a máxima contenção da despesa e da dívida pública, designadamente através da redução dos níveis de investimento aprovado.”*

## **2. ATIVIDADE**

### **2.1. ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

Quanto à atividade desenvolvida pela empresa, dividimo-la, como habitualmente, para melhor apreciação, em 5 (cinco) áreas de atuação:

1. Grande reabilitação de empreendimentos;
2. Obras de reparação e conservação do parque habitacional;
3. Gestão de cobrança e controlo de rendas;
4. Gestão social dos diversos empreendimentos;
5. Gestão do programa RECRIMAIA.

### **2.2. SITUAÇÃO POR ÁREA FUNCIONAL**

#### **2.2.1. Grande reabilitação de empreendimentos**

##### **i. Reabilitação de empreendimentos de habitação social sob gestão da Espaço Municipal**

Face aos conhecidos, e cada vez mais acentuados, constrangimentos orçamentais, mas tendo em conta que a reabilitação urbana é um dos vetores da possível resposta à crise instalada, mantém-se a estratégia / esperança definida pelo Executivo Municipal. Assim, iremos prosseguir com o plano de reabilitação conforme o programado no Quadro I. Temos a consciência de que tal programa exige um enorme esforço financeiro ao Município que, todavia, poderá vir a ser minorado através de cofinanciamentos a obter através de fundos comunitários.



**QUADRO I**

INVESTIMENTOS EM OBRAS DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - EMPREENDIMENTOS CMM E ESPAÇO MUNICIPAL

EMPREENDIMENTO	FREGUESIA	Ano construção	Nº fogos	2014	2015	2016	2017	2018	
5 de Outubro	Milheirós	2002	48				96.000,00 €		
Aldeia	Vila Nova da Telha	2000	24					220.000,00 €	
Alves Redol	Pedrouços	2004	44				220.000,00 €		
António Simões	Pedrouços	1998	32		240.000,00 €				
Arregadas	Águas Santas	1998	54		200.000,00 €				
Arroteia I (pré-fabricados)	Pedrouços	1999	5			45.000,00 €			
Bajouca	Castêlo da Maia	2001	66	65.000,00 €			150.000,00 €		
Brisa (pré-fabricados)	Pedrouços	1995	12			30.000,00 €			
Cardosas	S. Pedro de Fins	2000	30				210.000,00 €		
Catassol	Cidade da Maia	1995	16				32.000,00 €	25.000,00 €	
Corga	Águas Santas	1998	18		210.000,00 €				
Figueiras	Milheirós	2000	24				168.000,00 €		
Frejufe	Nogueira e Silva Escura	2003	36					140.000,00 €	
Gonçalo Mendes da Maia	Pedrouços	2001	40			300.000,00 €			
Gondim I	Castêlo da Maia	2000	42			360.000,00 €			
Gondim II	Castêlo da Maia	1999	24			192.000,00 €			
Gondim III	Castêlo da Maia	2000	5				25.000,00 €		
Lidador	Vila Nova da Telha	2001	12				35.000,00 €		
Maninhos	Cidade da Maia	1995	30		230.000,00 €				
Meilão - 435 (2ª fase)	Águas Santas	1996	140		640.000,00 €				
Monte Penedo	Milheirós	2000	48			312.000,00 €			
Monte Vilar - Vilar de Baixo	Nogueira e Silva Escura	2000	58			435.000,00 €			
Maria Casal	Águas Santas	1999	16					75.000,00 €	
Outeiro I	Cidade da Maia	1999	15				30.000,00 €		
Paço	Águas Santas	2000	30				160.000,00 €		
Paíol	Milheirós	2003	28		75.000,00 €				
Pinhal	Moreira	2003	48		30.000,00 €				
Ponte das Cabras	Cidade da Maia	2001	48					110.000,00 €	
Rodrigo Gonçalves Laje	Águas Santas	2001	42				294.000,00 €		
Sendal	Moreira	2001	21					30.000,00 €	
Senhor dos Aflitos	Águas Santas	1998	32				294.000,00 €		
Souto de Cima	Castêlo da Maia	1999	77		95.000,00 €				
Teibas I	Pedrouços	1998	40		300.000,00 €				
Teibas II	Pedrouços	2003	80			240.000,00 €			
Xisto	Cidade da Maia (Vermoin)	2000	90	63.000,00 €		230.000,00 €			
<b>SUBTOTALS 1</b>			<b>1375</b>	<b>128.000,00 €</b>	<b>2.020.000,00 €</b>	<b>2.144.000,00 €</b>	<b>1.714.000,00 €</b>	<b>600.000,00 €</b>	<b>6.606.000,00 €</b>
EMPREENDIMENTO	FREGUESIA	Ano construção	Nº fogos	2014	2015	2016	2017	2017	
Sobreiro - Blocos 27, 28, 29, 31, 32, 33 e 34	Cidade da Maia	1977	56		650.000,00 €				
Sobreiro - Blocos 14, 15, 16, 17, 18 e 26	Cidade da Maia	1977	48			600.000,00 €			
Sobreiro - Blocos 8, 9, 19, 20, 21, 22 e 23	Cidade da Maia	1977	56			700.000,00 €			
Sobreiro - Blocos 24, 25, 38, 39, 45, 46 e 47	Cidade da Maia	1977	56				700.000,00 €		
Sobreiro - Blocos 1, 2, 3, 4, 41, 42, 43 e 44	Cidade da Maia	1977	64			580.000,00 €			
Torre 4	Cidade da Maia	1977	38		380.000,00 €				
Torres 1, 2 e 3	Cidade da Maia	1977	114		550.000,00 €	550.000,00 €			
Maia I	Cidade da Maia	1976	66			210.000,00 €	359.000,00 €		
Maia II	Cidade da Maia	1976	56				340.500,00 €		
<b>SUBTOTALS 2</b>			<b>602</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1.580.000,00 €</b>	<b>2.640.000,00 €</b>	<b>1.399.500,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>5.619.500,00 €</b>
<b>TOTAIS</b>			<b>2539</b>	<b>128.000,00 €</b>	<b>3.600.000,00 €</b>	<b>4.784.000,00 €</b>	<b>3.113.500,00 €</b>	<b>600.000,00 €</b>	<b>12.225.500,00 €</b>

\* Os valores apresentados não incluem IVA.



## ii. “Eficiência Energética em Edifícios de Habitação Social” (candidatura ao QREN - ON.2)

A Espaço Municipal teve êxito na candidatura que apresentou, tendo celebrado contrato com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2). Todavia, nenhum dos três concorrentes qualificados dos nove concorrentes apresentou proposta capacitada para adjudicação o que, provavelmente, irá fazer cair a candidatura. Entretanto, estamos a envidar esforços para conseguir dar cumprimento ao contrato ou, em alternativa, apresentar nova candidatura na abertura de candidaturas que para tal efeito irá ser publicada ainda este ano, considerando, não obstante, que o quadro II espelha a necessidade de fundos para o efeito. [Cf. Quadro II]

### 2.2.2. Obras de reparação e conservação do parque habitacional

Nesta área de intervenção prevê-se a continuação de ações de pequena monta (reparações urgentes), no montante global de €185.000,00 (IVA não incluído).

### 2.2.3. Gestão de cobrança e controlo de rendas

Neste capítulo, como já vem ocorrendo nos dois últimos anos, os níveis de incumprimento agravaram-se de uma forma geral, designadamente no universo de moradores em arrendamento, com contrato de promessa de compra e venda, em que as prestações são mais elevadas comparativamente às rendas apoiadas. Julgamos que para este facto muito contribui a redução dos subsídios sociais, mormente do RSI e pensões de reforma. Aliás, temos verificado o aumento de pedidos de alteração de regime, o que tem originado um acompanhamento ainda mais próximo por parte da equipa de gestão social. Neste sentido, vão ser analisadas em CA propostas no sentido de ajudar as famílias mais frágeis a cumprir os seus compromissos. Por outro lado, conforme planeado, foi adquirido um programa informático que veio trazer mais eficiência ao sistema de controlo de dívidas e monitorização dos acordos de pagamento.

### 2.2.4. Gestão social dos diversos empreendimentos

Continuam a ser desenvolvidos esforços no sentido de uma maior aproximação às populações servidas, designadamente através de um acompanhamento dos casos mais problemáticos sob o ponto de vista socioeconómico, feito diariamente pelos técnicos de serviço social. Para melhorar a atuação nesta área foi feita a requalificação de um funcionário, a quem foi dada a formação adequada para atuar como gestor de proximidade. Foram adquiridas duas viaturas SMART, em retoma., para que os gestores de proximidade possam percorrer diariamente os empreendimentos, atendendo os moradores e administradores de condomínio e proceder também à fiscalização de possíveis ocupações de casas devolutas, cujas famílias foram realojadas pela Câmara Municipal no âmbito do programa PER.



**QUADRO II**  
 INVESTIMENTOS EM REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA  
 EMPREENDIMENTOS CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA E ESPAÇO MUNICIPAL  
 Financiamento QREN - ON2

EMPREENDIMENTO	FREGUESIA	ANO		N.º Fogos	2014	2015	2016	2017	
		Construção	Entrega						
5 de Outubro	Milheirós	2002	2002	48		116.116,32 €			
Aldeia	Vila Nova da Telha	2000	2003	24		58.058,16 €			
Alves Redol	Pedrouços	2004	2004	44		106.439,96 €			
António Simões	Pedrouços	1998	1998	32		77.410,88 €			
Arregadas	Águas Santas	1998	2004	54		130.630,86 €			
Arroteia II	Pedrouços	1997	1997	36		87.087,24 €			
Bajouca	Castêlo da Maia	2001	2001	66		159.659,94 €			
Cardosas	S. Pedro de Fins	2000	2000	30		72.572,70 €			
Catassol	Cidade da Maia	1995	1995	16		38.705,44 €			
Corga	Águas Santas	1998	1998	18		43.543,62 €			
Couso - Sendal (Gaveto de)	Moreira	2001	2001	21		50.800,89 €			
Fábrica	Vila Nova da Telha	2001	2001	32		77.410,88 €			
Figueiras	Milheirós	2000	2000	24		58.058,16 €			
Frejufe	Nogueira e Silva Escura	2003	2003	36		87.087,24 €			
Gonçalo Mendes da Maia	Pedrouços	2001	2001	40		96.763,60 €			
Gonçalo Mendes da Maia - Arroteia (Gaveto de)	Pedrouços	1997	1997	60		145.145,40 €			
Gondim I	Castêlo da Maia	2000	2000	42		101.601,78 €			
Gondim II	Castêlo da Maia	1999	1999	24		58.058,16 €			
Lidador	Vila Nova da Telha	2001	2001	12		29.029,08 €			
Maninhos	Cidade da Maia	1995	1995	30		72.572,70 €			
Moreira	Moreira	1995	1995	25		60.477,25 €			
Monte Penedo	Milheirós	2000	2000	48		116.116,32 €			
Monte Vilar - Vilar de Baixo	Nogueira e Silva Escura	2000	2000	58		140.307,22 €			
Moutidos - Maria Casal	Águas Santas	1999	1999	16		38.705,44 €			
Outeiro I	Cidade da Maia	1999	1999	15		36.286,35 €			
Paço	Águas Santas	2000	2000	30		72.572,70 €			
Paio	Milheirós	2003	2003	28		67.734,52 €			
Pinhal	Moreira	2003	2003	48		116.116,32 €			
Ponte das Cabras	Cidade da Maia	2001	2004	48		116.116,32 €			
Rodrigo Gonçalves Laje	Águas Santas	2001	2001	42		101.601,78 €			
Senhor dos Aflitos	Águas Santas	1998	1998	32		77.410,88 €			
Souto de Cima	Castêlo da Maia	1999	2004	77		186.269,93 €			
Teibas I	Pedrouços	1998	1998	40		96.763,60 €			
Teibas II	Pedrouços	2003	2003	80		193.527,20 €			
Xisto	Castêlo da Maia	2000	2000	90		217.718,10 €			
<b>SUBTOTAIS 1</b>				<b>1366</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3.304.476,94 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3.304.476,94 €</b>
EMPREENDIMENTO	FREGUESIA	ANO		N.º Fogos	2014	2015	2016	2017	
		Construção	Entrega						
Sobreiro - Blocos 30, 35, 36, 37 e 40	Cidade da Maia	1977	1978	40		96.763,60 €			
Sobreiro - Blocos 27, 28, 29, 31, 32, 33 e 34	Cidade da Maia	1977	1978	56		135.469,04 €			
Sobreiro - Blocos 14, 15, 16, 17, 18 e 26	Cidade da Maia	1977	1978	48		116.116,32 €			
Sobreiro - Blocos 8, 9, 19, 20, 21, 22 e 23	Cidade da Maia	1977	1978	56		135.469,04 €			
Sobreiro - Blocos 24, 25, 38, 39, 45, 46 e 47	Cidade da Maia	1977	1978	56		135.469,04 €			
Sobreiro - Blocos 1, 2, 3, 4, 41, 42, 43 e 44	Cidade da Maia	1977	1978	64		154.821,76 €			
Maia I	Cidade da Maia	1976	1977	66		159.659,94 €			
Maia II	Cidade da Maia	1976	1977	56		135.469,04 €			
<b>SUBTOTAIS 2</b>				<b>442</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1.069.237,78 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1.069.237,78 €</b>
<b>TOTAIS</b>				<b>1808</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4.373.714,73 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4.373.714,73 €</b>



### **2.2.5. Gestão do programa RECRIMAIA**

Prossegue regularmente a gestão deste programa, pois continua a verificar-se procura, embora naturalmente mais reduzida até mesmo face à ampla cobertura de apoio que este programa proporcionou ao longo de 11 anos. Projeta-se para o ano de 2015 menos de uma centena de candidaturas. Recorde-se que a média anual de candidaturas aprovadas desde 2003 até à data foi de cerca de 200.

## **3. RECURSOS**

### **3.1. RECURSOS HUMANOS**

Face à séria restrição à admissão de pessoal na administração pública, em geral, e no SEL, em particular, e não obstante o aumento de atividade na área social e com a necessidade de proceder à realização das operações acima descritas, não iremos admitir mais recursos humanos. Temos, todavia, em curso, o acolhimento de uma estagiária em Psicologia do ISMAI.

Também para a elaboração dos projetos de reabilitação do edificado temos a colaboração de técnicos de engenharia e de arquitetura da Câmara Municipal.

### **3.2. RECURSOS MATERIAIS**

#### **3.2.1. Equipamento**

Não se prevê a aquisição de qualquer equipamento de valor significativo.

## **4. RESULTADOS**

A gestão equilibrada que se tem conseguido imprimir à atuação da empresa permite-nos perspetivar resultados líquidos que garantam a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro, como até agora tem sucedido, ano após ano.



### QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL PREVISIONAL 2015 DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício 2015
Vendas e serviços prestados	1.523.000,00 €
Subsídios à exploração (imputação do exercício)	765.771,47 €
1. REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - EMPREENDIMENTOS EM	126.400,00 €
2. REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - EMPREENDIMENTOS CMM	202.000,00 €
3. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EMPREENDIMENTOS EM	330.447,69 €
4. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EMPREENDIMENTOS CMM	106.923,78 €
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos	517.900,00 €
Gastos com o pessoal	606.000,00 €
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00 €
Provisões (aumentos / reduções)	0,00 €
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00 €
Aumentos / reduções de justo valor	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	215.000,00 €
Outros gastos e perdas	137.000,00 €
<b>Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos</b>	<b>1.242.871,47 €</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	1.197.371,47 €
1. REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - EMPREENDIMENTOS EM	158.000,00 €
2. REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - EMPREENDIMENTOS CMM	202.000,00 €
3. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EMPREENDIMENTOS EM	330.447,69 €
4. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EMPREENDIMENTOS CMM	106.923,78 €
5. DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	400.000,00 €
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00 €
<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>	<b>45.500,00 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	40.000,00 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>5.500,00 €</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5.500,00 €</b>
A ADMINISTRAÇÃO	O TOC

**QUADRO IV - BALANÇO PREVISIONAL INDIVIDUAL 2015**

RUBRICAS	Exercício 2015
<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo não corrente</b>	
Ativos fixos tangíveis	400.000,00
Propriedades de investimento	17.585.343,25
Trespasse ( <i>goodwill</i> )	
Ativos intangíveis	
Ativos biológicos	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	
Participações financeiras - outros métodos	
Acionistas / sócios	
Outros ativos financeiros	
Ativos por impostos diferidos	
Ativos não correntes detidos para venda	
	<b>17.985.343,25</b>
<b>Ativo corrente</b>	
Inventários	-
Ativos biológicos	
Clientes	700.000,00
Adiantamentos a fornecedores	
Estado e outros entes públicos	100.000,00
Acionistas / sócios	
Outras contas a receber	
Diferimentos	
Ativos financeiros detidos para negociação	
Outros ativos financeiros	
Caixa e depósitos bancários	35.000,00
	<b>835.000,00</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>18.820.343,25</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	
<b>Capital próprio</b>	
Capital realizado	12.811.338,00
Ações (quotas) próprias	
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	
Prémios de emissão	
Reservas legais	90.000,00
Outras reservas	518.000,00
Resultados transitados	- 5.300.000,00
Ajustamentos em ativos financeiros	
Excedentes de revalorização	
Outras variações no capital próprio	6.865.943,23 €
	<b>14.985.281,23</b>
Resultado líquido do período	5.500,00 €
Interesses minoritários	
<b>Total do capital próprio</b>	<b>14.990.781,23</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
Provisões	
Financiamentos obtidos	200.000,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	
Passivos por impostos diferidos	550.000,00
Outras contas a pagar	80.000,00
	<b>830.000,00</b>
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	389.562,02 €
Adiantamentos de clientes	
Estado e outros entes públicos	150.000,00
Acionistas / sócios	
Financiamentos obtidos	
Outras contas a pagar	550.000,00
Diferimentos	1.910.000,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação	
Outros passivos financeiros	
	<b>2.999.562,02 €</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.829.562,02 €</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>18.820.343,25 €</b>

A ADMINISTRAÇÃO

O TOC





Maia, 7 de outubro de 2014

O Conselho de Administração,

Eng.º António Domingos da Silva Tiago, Presidente

Dr.ª Ana Miguel Vieira de Carvalho, Vogal

Eng.º Inácio Felício Fialho de Almeida, Vogal

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO  
PREVISIONAL**

**Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da **ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, EM., S.A.**, consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de actividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-me emitir um relatório profissional e independente baseado no meu trabalho.

**Âmbito**

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;

Adriano Torres, SROC

Unipessoal, Lda.

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 236

---

- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

### **Parecer**

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela empresa.
7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Maia, 24 de Outubro de 2014



Adriano Torres da Silva, ROC nº 1030 em representação de

ADRIANO TORRES, SROC, Unipessoal, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 236